



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

1 **ATA DA 50ª REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE**
2 **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS.**

3
4 Aos dezenove dias do mês de março de dois mil e dezoito, às quatorze horas e trinta minutos, na
5 Sala de Reuniões da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás –
6 IFG, realizou-se a quinquagésima reunião do Conselho Superior – Consup, para tratar dos
7 seguintes pontos de pauta: 1. Informes; 2. Aprovação da 49ª Ata do Consup; 3. Apreciação do
8 Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT 2017); 4. Apreciação do Relatório de
9 Gestão 2017; 5. Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio
10 em Enfermagem, na modalidade EJA, do Câmpus Goiânia Oeste; 6. Apreciação do Projeto
11 Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Manutenção e Suporte em
12 Informática, na modalidade EJA, do Câmpus Luziânia; 7. Minuta do Plano Estratégico de
13 Permanência e Êxito; 8. Aprovação dos Calendários Acadêmicos 2018. A reunião foi presidida
14 pelo Presidente do Conselho Superior, professor Jerônimo Rodrigues da Silva, e secretariada pela
15 servidora Fernanda Eline de Oliveira, Redatora, com a presença dos Conselheiros: Alan Dumont
16 Clemente, Alessandro Ribeiro de Sousa, Fernando Augusto Messias, Fernando dos Reis de
17 Carvalho, Gabriel Bernardes Coelho Lima, João Rocha de Assis, John Lennon Silva, José Carlos
18 Barros Silva, Luiz Batista Alves, Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon, Patrícia Santiago Vieira
19 Furtado, Rebbeca Marques Martins Lima de Oliveira, Sandra Lúcia Gonçalves, Sandro Ramos de
20 Lima, Shilton Caldeira Nunes, Tharles Júnior de Souza e Ubaldo Eleutério da Silva. Justificaram a
21 ausência os Conselheiros: Alice Alves Lima, Aline Silva Barroso, Ana Lúcia Siqueira de Oliveira,
22 Danilo Ferreira Gomes, Elder Geraldo Domingues, Hélio Naves, Moisés Gregório da Silva e
23 Silvilene Souza da Silva. Não compareceram à reunião os Conselheiros: Aloísio Silva de Aguiar,
24 Felicidade Maria Faria Melo, Giovanna Cordeiro Guimarães e Marco Aurélio Anacleto de Toledo.
25 O Presidente do Conselho Superior iniciou a reunião cumprimentando todos os presentes e a
26 comunidade acadêmica que acompanhava a reunião pelo ambiente virtual. Dando início aos
27 informes, o presidente distribuiu o boletim de notícias do IFG atualizado e entre as notícias,
28 destacou o que o curso de Engenharia Civil do Câmpus Jataí obteve conceito cinco na avaliação
29 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. O presidente
30 apresentou a ordem do dia e passou a palavra para o conselheiro Fernando Augusto Messias,
31 que solicitou (com a assinatura de sete conselheiros) acréscimo de ponto de pauta. O conselheiro
32 Fernando Augusto distribuiu cópias da minuta de uma nota de repúdio sobre o próximo concurso
33 da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás - Seduce, pois foi divulgada a
34 informação de que o referido concurso abrangerá apenas três áreas do conhecimento. O
35 conselheiro relatou que isso gera um problema relacionado às licenciaturas, e que há déficit de
36 professores na rede estadual de ensino, portanto, o concurso deveria contemplar todas as
37 disciplinas. Em votação, a inclusão da pauta foi aprovada. O presidente, então, apresentou as
38 justificativas dos conselheiros ausentes que, em apreciação, foram aprovadas. Passou-se então
39 para a apreciação da quadragésima nona ata do Consup. Sem alterações, a ata foi aprovada. Em
40 seguida, o presidente convidou o Auditor Chefe do IFG, o servidor Dean Mardem, para apresentar
41 o próximo ponto da pauta: o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT 2017). O
42 Auditor solicitou que o Relatório de Gestão fosse apresentado primeiramente, alterando a ordem
43 da pauta. A palavra foi dada ao servidor Weber Tavares da Silva Junior, Assessor de
44 Planejamento Institucional, que apresentou um resumo do histórico da construção do documento,
45 além das suas bases legais. Ele explicou que a submissão do documento ao Tribunal de Contas
46 da União – TCU deve ser feita até o último dia do mês de março, no sistema e-contas. O servidor
47 Weber apresentou também como os capítulos do relatório foram estruturados e alguns dados
48 relacionados ao quantitativo de alunos e cursos ofertados. O conselheiro José Carlos Barros Silva,
49 Pró-Reitor de Administração, explanou sobre os indicadores financeiros e mostrou quanto é
50 investido por aluno. O presidente destacou que há quatro câmpus com três anos e meio de
51 funcionamento, e que estão com dificuldade de aumentar o quantitativo de alunos, devido à falta
52 de infraestrutura e que a forma como o custo por aluno é avaliada não condiz com a realidade. O



53 conselheiro José Carlos continuou explicando os dados relativos aos gastos com pessoal,
54 contratos, diárias, investimento e execução. Relatou que muitos recursos chegaram no dia vinte e
55 dois de dezembro, data em que a execução não poderia ser mais feita, portanto, houve
56 devolução. O conselheiro José Carlos explicou ainda que em 2018, a instituição terá apenas
57 custeio, e que há que se providenciarem tratativas para que venham recursos para investimento
58 em infraestrutura, para os Câmpus em implantação e suas obras. O Auditor, Dean Mardem,
59 apresentou as ações previstas no PAINT 2017, que não foram realizadas e que deverão ser
60 realizadas no ano vigente e finalizou sua fala resumindo o conteúdo dos relatórios de auditoria. O
61 presidente do conselho abriu então o debate para questionamentos. O conselheiro Shilton
62 Caldeira Nunes, sobre a declaração de que não houve investimento em 2017, questionou sobre a
63 construção do novo prédio anexo ao Câmpus Goiânia. O presidente ressaltou que o referido
64 prédio foi orçado a partir do orçamento da LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2017, e explicou que,
65 antigamente, sabia-se na LOA qual seria o orçamento para investimento; a partir de 2015, esses
66 recursos começaram a ficar retidos na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec.
67 O presidente afirmou que a Rede Federal vem crescendo, mas tendo os recursos reduzidos. O
68 conselheiro Shilton questionou, sobre o que foi apresentado no relatório de auditoria em relação
69 ao Pronatec, se será cobrada a hora de trabalho não registrada do servidor técnico-administrativo,
70 mesmo que as aulas tenham acontecido normalmente. A conselheira Sandra Lúcia Gonçalves,
71 também sobre a sobreposição das horas de trabalho, avaliou que o processo envolve o servidor,
72 que tem seu horário a cumprir, a chefia imediata e o coordenador adjunto do Pronatec, mas houve
73 falhas no monitoramento desse processo. A conselheira opinou que a realização do Pronatec já
74 findou, portanto, a reposição do horário poderia ter sido feita no tempo certo, para não ter
75 devolução ao erário. O presidente colocou que, se houve falhas, elas deverão ser observadas e
76 analisadas nos processos individuais, que se encontram na Pró-Reitoria de Desenvolvimento
77 Institucional - Prodi. O conselheiro Sandro de Lima relatou que o Pronatec começou a ter
78 materialidade em 2012-2, teve muitos problemas operacionais, inclusive de recursos, e na época,
79 a Pró-Reitoria de Extensão - Proex tinha a incumbência de fazer o programa acontecer e não
80 tinha a responsabilidade pelo controle do horário dos servidores. Houve problemas de registro do
81 horário de trabalho dos servidores, mas os alunos bolsistas aproveitaram muito os cursos, que
82 foram bem aplicados. Ainda segundo o conselheiro Sandro, os problemas referem-se ao ano de
83 2013 e cada caso deve ser analisado. O presidente ressaltou é necessário responder aos
84 questionamentos do Tribunal de Contas da União - TCU. A conselheira Rebeca Marques Martins
85 Lima de Oliveira questionou por que não foi feito relatório sobre a alimentação escolar nos
86 câmpus; questionou também sobre o auxílio estudantil, que sofreu atraso, e não foi redirecionado.
87 O Auditor, Dean, respondeu, sobre a questão da alimentação escolar, que se optou por fazer no
88 início do ano, pois a maioria dos câmpus não tinha refeitório. O conselheiro John Lennon Silva
89 afirmou que os câmpus tem estrutura para restaurantes, mas não funcionam; relatou que no
90 Câmpus Itumbiara o restaurante será fechado. O presidente explicou que em relação ao Câmpus
91 Itumbiara, a empresa contratada resolveu deixar a instituição. O conselheiro José Carlos
92 esclareceu que os recursos da assistência estudantil não podem ser usados para outra demanda,
93 portanto, o tempo entre os editais de seleções de alunos e a vinda de recursos, é extenso.
94 Explicou que a Pró-Reitoria de Administração - Proad descentraliza o recurso para o câmpus, de
95 acordo com as demandas que chegam da Proex, e que os movimentos de greve fazem com que
96 esses recursos sejam paralisados. Quando os câmpus não utilizam os valores disponibilizados, a
97 Proad deve resolver a questão da devolução. O conselheiro José Carlos explicou também que a
98 nova licitação para o Câmpus Itumbiara está em andamento. O presidente colocou em votação o
99 Relatório de Gestão 2017 e o Raint 2017. Os documentos foram aprovados. A reunião foi
100 conduzida para o próximo assunto da pauta, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao
101 Ensino Médio em Enfermagem, na modalidade EJA, do Câmpus Goiânia Oeste, para o qual a
102 palavra foi passada para o conselheiro Shilton, que faz parte da Câmara de Ensino, Pesquisa e
103 Extensão. O conselheiro relatou o parecer da câmara e explicou sobre as mudanças nos cursos
104 EJA. A conselheira Sandra questionou a falta de profissionais de enfermagem entre os técnicos

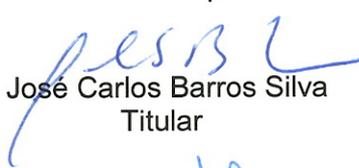
John
Sandra
Dean
Prodi
Proex
Proad
Rebeca
Sandra

105 administrativos envolvidos no curso. Questionou também sobre a estrutura de laboratório; sobre o
106 mapa de escolas que oferecem esse curso; sobre as estratégias para permanência dos alunos; e
107 o dimensionamento do quadro de professores. O conselheiro Shilton esclareceu que o curso já é
108 ofertado, e que esse projeto apresentado é a reformulação do PPC e da ementa; a proposta é de
109 alterações nos quadros das disciplinas e nos quadros de servidores envolvidos, inclusive com
110 mais técnicos-administrativos da área; além da adequação à oferta em três anos. O conselheiro
111 Fernando Augusto questionou sobre a diminuição da carga horária do estágio. A conselheira
112 Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon explicou que, em relação ao estágio, existe o problema do
113 número de códigos de vagas insuficientes para aumentar os professores que acompanham os
114 alunos. O conselheiro Shilton afirmou que o projeto do curso está pautado de acordo com as
115 resoluções do Conselho de Enfermagem. O Presidente colocou em votação o parecer da câmara
116 consultiva, que foi aprovado. Para o assunto seguinte, o PPC do curso Técnico Integrado ao
117 Ensino Médio em Manutenção e Suporte em Informática, na modalidade EJA, do Câmpus
118 Luziânia, a relatoria foi do conselheiro Fernando dos Reis de Carvalho, que explicou que o projeto
119 do curso também foi reformulado para se adequar à perspectiva de formação em três anos.
120 Explicou ainda que o curso tem possibilidade de certificação parcial. Como propostas de
121 alterações, a câmara propôs revisar o quadro de docentes e técnicos, considerando que o projeto
122 é de 2015; propôs também a adequação da disciplina de Educação Física à modalidade EJA. A
123 câmara apresentou parecer favorável. Em votação, o parecer foi aprovado. Passou-se então para
124 a apreciação da Minuta do Plano Estratégico de Permanência e Êxito, que teve como relatora a
125 conselheira Patrícia Santiago Vieira Furtado, que explicou que a câmara, ao elaborar o parecer,
126 alegou que o documento deve ser revisado, tanto no conteúdo, quanto na formatação e no texto.
127 A câmara discordou da minuta do documento, no que se refere à criação de um novo sistema de
128 avaliação dos docentes, sugerindo que a avaliação que já é realizada pelos alunos através da
129 plataforma do Q-Acadêmico possa ser aprimorada e melhor utilizada, não sendo necessário criar
130 um novo meio de avaliação. Sobre o quadro de diagnóstico, em relação ao uso e venda de drogas
131 nas proximidades e dentro dos câmpus, a conselheira afirmou que não há relatório local sobre
132 esses fatos, portanto, a câmara sugere que haja propostas de trabalho com as famílias dos
133 estudantes envolvidos. A câmara também sugere a retirada do item sobre criação de
134 brinquedotecas, já que os câmpus não possuem estrutura para essa oferta, e que deve ser
135 colocado em prática o "programa criança", previsto na política estudantil. Com as alterações
136 sugeridas, o parecer da câmara é favorável à aprovação do documento. O conselheiro Ubaldo
137 Eleutério da Silva, sobre a regularidade de pagamento de auxílios, afirmou que está previsto no
138 texto o seu melhor gerenciamento, mas considera que isso já está bem encaminhado pela Proad.
139 O conselheiro Gabriel Bernardes Coelho Lima questionou se o Programa Criança é uma ajuda
140 financeira ou visa constituir um espaço para as crianças. Sobre o tratamento da questão das
141 drogas, concordou que o problema deve ser tratado como de saúde e de família e não como de
142 segurança. A conselheira Patrícia explicou que o Programa Criança é um auxílio financeiro, não é
143 previsto a creche ou espaço nas bibliotecas, pois ainda não há estrutura. A conselheira Oneida
144 sugeriu que a questão da avaliação fosse discutida com a Comissão Permanente de Pessoal
145 Docente - CPPD. A conselheira alertou para a importância de o documento ser aprovado e
146 encaminhado, mas revisado e reavaliado. O parecer da câmara, em votação, foi aprovado. Sobre
147 o último item da pauta, os calendários acadêmicos, a conselheira Oneida explicou como são os
148 trâmites para elaboração e aprovação dos calendários nos câmpus e em seguida, na Proen. A
149 conselheira esclareceu que por motivos de particularidades nos calendários de cada câmpus, nem
150 todos conseguiram entregar a versão final a tempo; de acordo com a legislação vigente, os
151 calendários deveriam ter sido publicados até um mês antes do início das aulas. O presidente
152 sugeriu o encaminhamento de que quando a Proen analisar todos os calendários, sejam
153 aprovados *ad referendum*. A proposta foi aprovada, em votação. Passou-se para o tema que foi
154 incluso na pauta, a minuta da nota de repúdio, construída pelo conselheiro Fernando Augusto, que
155 sugeriu que os conselheiros que assinaram a solicitação ajudem a melhorar o documento. O
156 conselheiro Sandro opinou que um Conselho Superior não pode repudiar a ação de uma

157 secretaria de educação, e que não se pode interferir no número de vagas, portanto, considera que
158 se deve mudar alguns termos no texto. O presidente colocou que primeiramente deve ser votado
159 se o documento é cabível, e depois pensar no texto final. A conselheira Oneida questionou se
160 houve publicação de notas públicas de outras instituições sobre esse tema e declarou que são
161 necessários mais elementos, como dados referentes ao déficit de vagas para outras áreas. O
162 conselheiro Fernando Augusto esclareceu que a empresa que vai gerir o processo seletivo
163 divulgou previamente as áreas do conhecimento que serão contempladas no concurso, mas sabe-
164 se que há déficit de professores de outras áreas. O conselheiro reconheceu que talvez não seja
165 uma nota de repúdio, mas um pedido de esclarecimentos. O presidente colocou a construção da
166 nota em votação, e esta foi aprovada. Foi então proposta a criação de uma comissão para
167 reformular o texto. A comissão formada será composta pelos conselheiros Shilton, Fernando
168 Augusto, Oneida e Sandro. Antes de finalizar a reunião, a conselheira Rebecca solicitou o
169 esclarecimento de dúvidas, como representante dos discentes. A conselheira relatou que a
170 Direção-Geral do Câmpus Luziânia informou aos discentes sobre o fim da alimentação e da
171 assistência estudantil. O presidente encaminhou o assunto às Pró-Reitorias responsáveis, e
172 considerou que deve ter havido algum mal entendido, porque isso não foi deliberado pelo Colégio
173 de Dirigentes - Codir. Afirmou que o assunto será debatido com os diretores e esclarecido nos
174 câmpus. Nada mais havendo a tratar, o presidente deu por encerrada a reunião às dezessete
175 horas e cinquenta e um minutos. Eu, Fernanda Eline de Oliveira, lavro a presente Ata.


Jerônimo Rodrigues da Silva
Presidente do Conselho Superior

Representantes do Colégio de Dirigentes do IFG


José Carlos Barros Silva
Titular

Amaury França Araújo
Suplente

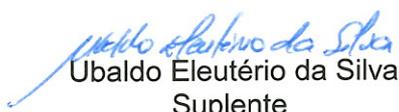

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon
Titular

Écio Naves Duarte
Suplente


Sandro Ramos de Lima
Titular

João Marcos Bailão de Lima
Suplente

Aline Silva Barroso
Titular


Ubaldo Eleutério da Silva
Suplente


Ana Lúcia Siqueira de Oliveira
Titular

Reinaldo de Lima Reis Junior
Suplente



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

207
208
209
210
211

Representantes dos servidores Docentes


Patrícia Santiago Vieira Furtado 212
Titular 213
214

Renato Araújo Teixeira
Suplente

Elder Geraldo Domingues
Titular

Wagner Pereira Lopes
Suplente

215
216
217
218

Alan Dumont Clemente
Titular

Nilton Ricetti Xavier de Nazareno
Suplente

219
220
221
222


Moisés Gregório da Silva
Titular

Vandré Antonio de Assis Gomes
Suplente

223
224
225
226


Fernando dos Reis de Carvalho
Titular

Alan de Freitas Oliveira
Suplente

227
228
229
230
231
232

Representantes dos servidores Técnico-Administrativos


Sandra Lúcia Gonçalves 233
Titular 234
235

Reginaldo de Fátima Gomes Pacheco
Suplente

Fernando Augusto Messias
Titular

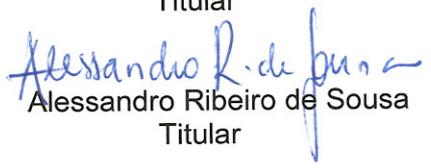
Kepler Benchimol Ferreira
Suplente

236
237
238

Shilton Caldeira Nunes
Titular

Rafael Cortês Ferreira
Suplente

239
240
241
242

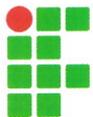

Alessandro Ribeiro de Sousa
Titular

Alexandre Borges Fernandes Camozzi
Suplente

243
244
245
246
247


Tharles Júnior de Souza
Titular

Renistenes Eunice Costa Campelo
Suplente

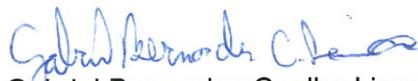


INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

248
249
250
251
252
253

Representantes dos Discentes


Gabriel Bernardes Coelho Lima
Titular

254
255
256
257


John Lennon Silva
Titular

Marques Teodoro Gontijo Silva
Suplente

258
259
260
261


Giovanna Cordeiro Guimarães
Titular

Émerson Clemente Araújo
Suplente

262
263
264
265

Alice Alves Lima
Titular

Karla da Silva Araújo
Suplente

266
267
268
269

Rebecca Marques Martins Lima de Oliveira
Titular

Werikson Silva Faria
Suplente

270
271
272
273

Josilene de Sousa Santos
Suplente

274
275
276
277

Representantes dos Egressos

278
279
280

Marco Aurélio Anacleto de Toledo
Titular

Thiberio Jardim de Oliveira
Suplente

281
282
283
284

João Rocha de Assis
Titular

Davi Miranda Silva
Suplente

285
286
287
288

Representantes da SETEC/MEC

289

Silvilene Souza da Silva
Titular

Willian Silva de Paula
Suplente

290
291



292
293
294
295
296

Representantes da Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Goiás

Danilo Ferreira Gomes
Titular

Naiade Souza di Rocha
Suplente

297
298

Luiz Batista Alves
Titular

Juscelino Afonso de Sá
Suplente

299
300
301
302
303

Representantes da Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Hélio Naves
Titular

Ivan da Glória Teixeira
Suplente

304
305
306
307
308
309
310

Representantes da Federação do Comércio do Estado de Goiás

Felicidade Maria de Faria Melo
Titular

Maria Angélica de Moraes e Silva
Suplente

311
312
313
314
315
316
317

Representantes da Força Sindical de Goiás

Aloísio Silva de Aguiar
Titular

Rherman de Souza Pires
Suplente

318
319
320
321
322
323
324


Fernanda Eline de Oliveira
Secretária do Conselho Superior